

## **ANÁLISE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE PARA A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NO BRASIL: UMA REVISÃO NARRATIVA**

**CAROLINE MEGIATO MATIAS<sup>1</sup>; POLIANA FARIAS ALVES<sup>2</sup>**

<sup>1</sup>*Universidade Federal de Pelotas – carolinemegiato524@gmail.com*

<sup>2</sup>*Universidade Federal de Pelotas – alves.pf@ufpel.edu.br*

### **1. INTRODUÇÃO**

As políticas públicas de saúde são fundamentais para assegurar direitos básicos a toda a população, incluindo os grupos mais vulneráveis, como as pessoas em situação de rua. No Brasil, esse segmento enfrenta desafios históricos, como a invisibilidade social, o preconceito e a falta de acesso a serviços essenciais, entre eles a saúde (PAIVA et al., 2016). A realidade da população em situação de rua é complexa e multifacetada, envolvendo uma série de fatores sociais, econômicos e culturais que contribuem para a marginalização desse grupo. Segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), estima-se que mais de 281 mil pessoas vivam em situação de rua no Brasil, e essa população enfrenta múltiplas vulnerabilidades, como a falta de acesso a moradia, alimentação adequada e condições sanitárias básicas (IPEA, 2022).

As políticas públicas de saúde voltadas para essas pessoas buscam garantir não apenas o atendimento de emergências, mas a promoção de uma atenção integral e contínua, conforme preconizado pela Política Nacional para a População em Situação de Rua (BRASIL, 2009). Essa política é um marco regulatório que visa assegurar o acesso a direitos fundamentais, incluindo saúde, àqueles que vivem em situação de extrema vulnerabilidade social.

A implementação de políticas públicas voltadas a essa população é um desafio complexo que envolve a articulação entre diferentes esferas governamentais e a integração de serviços de saúde, assistência social e habitação (BRASIL, 2009). Dentro desse contexto, o Consultório na Rua se destaca como uma estratégia central para oferecer cuidados de saúde de forma acessível e acolhedora.

As pessoas em situação de rua são indivíduos que, por diversos fatores, como desemprego, dependência química, conflitos familiares ou desastres naturais, encontram-se privados de um lar fixo e enfrentam dificuldades de acesso a serviços públicos essenciais, incluindo o sistema de saúde. Essa vulnerabilidade exige políticas específicas e adaptadas às suas condições, com abordagens que reconheçam suas particularidades, como a mobilidade constante, a resistência ao sistema de saúde tradicional e a necessidade de abordagens não coercitivas e acolhedoras (BRITO; SILVA, 2022).

O objetivo desta revisão de literatura é analisar as políticas de saúde para a população em situação de rua no Brasil, abordando suas estratégias, desafios de implementação e o impacto na promoção da saúde e no acesso equitativo a serviços. O estudo examina a Política Nacional para a População em Situação de Rua e as estratégias de saúde específicas, como os Consultórios na Rua, discutindo a importância dessas políticas na garantia do direito à saúde.

### **2. METODOLOGIA**

Este estudo trata-se de uma revisão narrativa da literatura, método de pesquisa que busca reunir, analisar e interpretar a literatura disponível sobre determinado tema, sem seguir protocolos sistemáticos rigorosos como as revisões sistemáticas (CORDEIRO et al., 2007). Esta revisão visa explorar e sintetizar o conhecimento disponível acerca das políticas públicas voltadas à população em situação de rua, com foco nas estratégias de saúde. Para tanto, a busca bibliográfica foi realizada nas bases de dados Scientific Electronic Online (SciELO), Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) e Literatura Latino-Americana em Ciências da Saúde (LILACS). O período de coleta de dados ocorreu em outubro de 2024.

Os descritores utilizados para a pesquisa foram: "população em situação de rua" AND "políticas públicas", "pessoas em situação de rua" AND "políticas de saúde" e "pessoas mal alojadas" AND "consultório de rua", todos combinados com o operador booleano AND. Foram adotados os seguintes critérios de inclusão: artigos completos, disponíveis em português e publicados no período de 2009 a 2024. Foram excluídos artigos duplicados e aqueles que não abordavam diretamente a temática proposta.

Ao final do processo de seleção, foram identificados seis artigos, que passaram por leitura crítica para análise comparativa. Além dos artigos científicos, também foram analisados documentos de políticas públicas, como o Decreto nº 7.053/2009, que estabelece a Política Nacional para a População em Situação de Rua, e a Portaria de Consolidação nº 2 de 2017, que regulamenta a atuação do Sistema Único de Saúde (SUS) no atendimento à população em situação de rua.

A leitura crítica dos textos revisados permitiu a comparação dos resultados obtidos em diferentes estudos, identificando convergências e divergências quanto à efetividade, abrangência e os desafios enfrentados na implementação dessas políticas de saúde. Esta análise foi fundamental para entender os impactos das estratégias implementadas e os avanços necessários para a promoção da saúde dessa população.

### **3. RESULTADOS E DISCUSSÃO**

As políticas de saúde direcionadas às pessoas em situação de rua no Brasil foram fortalecidas a partir da publicação do Decreto 7.053/2009, que instituiu a Política Nacional para a População em Situação de Rua. Este marco legislativo visa assegurar direitos fundamentais como saúde, educação e moradia, com enfoque especial nas estratégias de saúde pública para este grupo marginalizado (BRASIL, 2009). Reconhece a diversidade dessa população e a necessidade de uma abordagem que leve em conta as particularidades de suas vidas.

O Consultório na Rua é uma das principais estratégias adotadas pelo Sistema Único de Saúde (SUS) para atender esse grupo. Criado para prestar cuidados de saúde no ambiente em que as pessoas em situação de rua vivem, o programa conta com equipes multiprofissionais que realizam visitas regulares e promovem um atendimento integral, buscando romper as barreiras de acesso que esses indivíduos enfrentam. As equipes do Consultório na Rua são compostas por médicos, enfermeiros, assistentes sociais, psicólogos e outros profissionais que oferecem desde cuidados básicos de saúde até encaminhamentos para tratamentos especializados (HALLAIS; BARROS, 2015).

Entretanto, a implementação dessas políticas enfrenta diversos desafios. A precariedade dos serviços, a falta de treinamento adequado das equipes para lidar com as especificidades dessa população e a escassez de recursos

destinados a essas ações são obstáculos frequentemente relatados por pesquisadores. Além disso, as barreiras institucionais, como a burocracia e a dificuldade de articulação entre diferentes setores, comprometem a eficiência das políticas intersetoriais que são essenciais para atender às necessidades multifacetadas da população em situação de rua (OLIVEIRA; GUIZARDI, 2020).

Outro desafio reside na resistência de parte dessa população em acessar os serviços de saúde oferecidos. Muitas vezes, devido a experiências traumáticas com instituições públicas ou à falta de documentação, essas pessoas evitam procurar os serviços tradicionais de saúde (SANTOS; VIVIAN; HIRDES, 2022). O Consultório na Rua surge como uma alternativa eficaz para superar essa barreira, ao levar os cuidados de saúde até o local onde essas pessoas estão, estabelecendo uma relação de confiança e garantindo a continuidade do cuidado.

O impacto das políticas de saúde para a população em situação de rua vai além da simples oferta de serviços. A promoção da saúde dessa população depende de uma abordagem que reconheça suas vulnerabilidades e ofereça um atendimento integral, que inclua desde a prevenção de doenças até a promoção da saúde mental e o tratamento de condições crônicas, como a dependência química (BRASIL, 2017). A integração entre saúde e assistência social é fundamental para garantir que essas pessoas possam acessar outros direitos, como a moradia e a alimentação, o que, por sua vez, impacta positivamente sua saúde (IPEA, 2022).

As iniciativas voltadas para a saúde mental, por exemplo, têm sido uma adição valiosa ao escopo do Consultório na Rua, permitindo que essa população receba cuidados adequados para transtornos mentais, frequentemente exacerbados pela condição de vida em situação de rua. A promoção da saúde mental e o suporte emocional são aspectos cruciais para a reintegração social e a melhoria da qualidade de vida dessa população (SILVA; FRAZÃO; LINHARES, 2014).

Em termos de impacto, as políticas de saúde voltadas para pessoas em situação de rua têm demonstrado um potencial significativo para melhorar a qualidade de vida desse grupo, especialmente no que tange à promoção da saúde mental e ao controle de doenças crônicas. O acesso aos serviços de saúde contribui para a redução da mortalidade, melhora do bem-estar e reintegração social. No entanto, a sustentabilidade e ampliação dessas políticas dependem de uma maior articulação intersetorial e de investimentos contínuos por parte do governo (OLIVEIRA; GUIZARDI, 2020).

Além disso, o sucesso das políticas de saúde para estas pessoas dependem também da sensibilização e do engajamento da sociedade em geral. A promoção de campanhas de conscientização pode contribuir para a redução do estigma e preconceito enfrentados por essas pessoas, facilitando o acesso a serviços de saúde e promovendo uma cultura de respeito e dignidade (BRITO; SILVA, 2022).

#### **4. CONCLUSÕES**

As políticas de saúde para pessoas em situação de rua no Brasil representam um avanço importante na garantia de direitos fundamentais a essa população. A Política Nacional para a População em Situação de Rua e o Consultório na Rua são estratégias essenciais para promover a saúde desse grupo. No entanto, a implementação dessas políticas enfrenta desafios significativos, que incluem desde a precariedade dos serviços até a resistência dessa população em acessar os cuidados oferecidos.

O fortalecimento da intersetorialidade e a alocação de recursos adequados são passos fundamentais para superar essas barreiras e garantir que esta população tenha acesso à saúde de forma contínua e integral. Além disso, é necessário investir na formação das equipes de saúde para que estejam preparadas para lidar com as especificidades deste, garantindo um atendimento acolhedor e efetivo. Em suma, a continuidade e o fortalecimento dessas políticas são essenciais para promover a inclusão social e garantir a dignidade e os direitos das pessoas em situação de rua no Brasil. O comprometimento de todos os níveis de governo, assim como a participação ativa da sociedade civil, são imprescindíveis para que as políticas públicas de saúde sejam efetivas e realmente transformem a vida das pessoas em situação de rua, assegurando que elas possam usufruir plenamente do direito à saúde e à dignidade humana.

## 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria de Consolidação nº 2, de 28 de setembro de 2017. Consolidação das normas sobre as políticas nacionais de saúde do Sistema Único de Saúde. **Diário Oficial da União**. Brasília, 2017.

BRASIL. Decreto n.<sup>o</sup> 7.053, de 23 de dezembro de 2009. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu comitê intersetorial de acompanhamento e monitoramento. **Diário Oficial da União**. Brasília, 2009.

IPEA. INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS APLICADAS. **Estimativa da população em situação de rua no Brasil**. Diretoria de Estudos de Políticas Sociais. vol. 103. 2022.

CORDEIRO, A. M. et al. Revisão sistemática: uma revisão narrativa. **Rev. Col. Bras. Cir**, Rio de Janeiro, v. 34, n. 6, p. 428-431, 2007.

BRITO, C.; SILVA, L. N. da. População em situação de rua: estigmas, preconceitos e estratégias de cuidado em saúde. **Ciênc. saúde coletiva** 27 (01), 151-160, 2022.

HALLAIS, J. A. da S.; BARROS, N. F. Consultório na Rua: visibilidades, invisibilidades e hipervisibilidade. **Cad. Saúde Pública** 31 (7). Julho, 2015.

OLIVEIRA, A.; GUIZARDI, F. L. A construção da política para inclusão de pessoas em situação de rua: avanços e desafios da intersetorialidade nas políticas de saúde e assistência social. **Saúde Soc. São Paulo**, v.29, n.3, 2020.

PAIVA, I. K. S. de. et al. Direito à saúde da população em situação de rua: reflexões sobre a problemática. **Ciênc. saúde colet.** 21 (8). Ago, 2016.

SANTOS, L. H. D. dos; VIVIAN, A. G; HIRDES, A. Desafios do acesso aos cuidados de saúde na perspectiva das pessoas em situação de rua. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 11. 2022.

SILVA, F. P. da.; FRAZÃO, I. da S.; LINHARES, F. M. P. Práticas de saúde das equipes dos Consultórios de Rua. **Cad. Saúde Pública** 30 (4). Abr, 2014.